

O Inimigo construído: a disputa de representações sobre o jovem da Cidade de Deus

The enemy constructed: the dispute of representations about the lads of City of God

Marcelle Raja Gebara; Ricardo Salztrager

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

A proposta desse artigo é pensar a construção do estereótipo do jovem morador da Cidade de Deus – comunidade localizada na zona oeste do Rio de Janeiro – a partir do filme *Cidade de Deus*, confrontando-a com a visão de mídias comunitárias locais sobre esses mesmos jovens. Na primeira parte do texto, traremos a história da Cidade de Deus, a partir de fragmentos da entrevista com o arquiteto que a projetou. Em seguida, faremos uma análise sobre o filme e sua narrativa ficcional, enfatizando os efeitos que produz na vida dos moradores. Para finalizar, temos a análise de algumas passagens das mídias locais, visando demonstrar como elas também podem se configurar enquanto um dispositivo de produção de verdades sobre o morador da Cidade de Deus. Toda a discussão será balizada por uma série de apontamentos teóricos de Foucault e Butler.

Palavras-chave: violência; identidade; Cidade de Deus.

ABSTRACT:

This article intends to think about the construction of the stereotype of the young inhabitant of City of God - community located in the western zone of Rio de Janeiro -, based on the movie *City of God* comparing with the local community medias's vision about this youngs. In the first part of the text, we will bring the history of the City of God, from fragments of the interview with the architect who designed the City of God. After, we will make an analysis about the film and its fictional narrative, but that produces real effects in the life of the residents. Finally, we analyze some passages of local medias, aiming to demonstrate how they can also be configured as a place of truth production about the youngs residents of Cidade de Deus. The discussion will be marked by theoretical notes by Foucault and Butler.

Key-words: violence; identity; City of God.

DOI: 10.12957/mnemosine.2020.52694

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1977) evidenciou a ascensão, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, de uma nova economia de poder sobre os corpos, a qual denominou poder disciplinar. Ao contrário das técnicas de poder que anteriormente prevaleciam – típicas do Antigo Regime –, que supliciavam, esquartejavam e torturavam os corpos, o

poder disciplinar constituiu-se como um mecanismo eficaz de esquadramento do tempo e espaço, de vigilância permanente e de registro de informações sobre os homens. Sua eficácia foi incisivamente garantida por instituições como a família, a escola, a igreja, o exército, os manicômios e as prisões.

O exercício do poder disciplinar se dá, pois, através de práticas que criam normas específicas e mecanismos de controle sobre os corpos, construindo a própria noção de indivíduo. Nesse período, surge o binarismo normal-anormal: a família normal e a família desviante, a criança normal e a criança desviante, o indivíduo normal e o indivíduo desviante, dentre tantos outros exemplos que poderiam ser aqui elencados. Interessamo-nos, neste contexto, pela trama histórica na qual o sujeito é constituído a partir de saberes e discursos que o produzem, marcam a sua individualidade e determinam as normas às quais ele deve se disciplinar.

Como base para a discussão, trazemos a afirmação foucaultiana de que o poder não se constitui exatamente como um fenômeno de dominação de uns sobre os outros, onde uns detêm o poder e outros a ele se submetem, mas que o poder investe os corpos, passa por eles e através deles, apoia-se sobre eles e neles produz seus efeitos: “esse poder se exerce mais que se possui” (FOUCAULT, 1977: 29). Voltando-nos, pois, para um poder que exerce suas práticas reais e efetivas, que gera processos de disciplinarização e que investe os corpos, gestos e comportamentos, buscamos através desse artigo pensar como o cinema colabora com a produção de normas sobre os corpos, especialmente no que tange à construção de estereótipos. E, em última instância, de que forma esses estereótipos produzem efeitos reais sobre a vida de jovens moradores das periferias e favelas. Como exemplo, tomaremos os jovens da Cidade de Deus

Na primeira parte do artigo, contaremos a história da comunidade a partir da entrevista com Giuseppe Badolato, arquiteto idealizador do projeto destas habitações populares enquanto trabalhava na Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara – COHAB GB. Em entrevistas para os Jornais *O Globo* (2016) e *A Notícia por quem vive* (2011), ele conta sobre a concepção do projeto, a pretensão de oferecer moradias dignas para a população de baixa renda e as questões que ocasionaram a habitação precoce das casas que ainda estavam inacabadas e sem infraestrutura necessária.

Na segunda parte, faremos uma análise da produção cinematográfica *Cidade de Deus* (2002) – que teve grande repercussão nacional e internacional – e, a partir da perspectiva de Butler (2018), exploraremos o sentido político do fenômeno do

enquadramento. Nos serviremos também de Foucault (1979) para pensar sobre as estratégias de poder que corroboram com a criação de uma identidade cristalizada sobre o jovem morador da comunidade. Pensamos o filme *Cidade de Deus* como um dispositivo que marca de forma significativa o olhar para os jovens que ali residem, de forma a favorecer a construção de uma identidade estereotipada; no caso, uma identidade de “jovem violento” ou mesmo “delinquente” e “degenerado”.

Em seguida, articularemos essas reflexões anteriores com pesquisas sobre a banalização da violência e a cultura do medo para justificar políticas públicas autoritárias e de morte a “inimigos” identificados. Buscaremos o poder ali onde ele produz seus efeitos, onde produz corpos assujeitados. A partir de Foucault (1979), entenderemos que os efeitos do poder não são apenas negativos – como se somente reprimissem, impedissem, excluíssem ou suprimissem –, mas, sim, produzem efeitos positivos e úteis sobre os corpos.

Por fim, e novamente com o devido apoio em Butler e Foucault, será trazida a ideia de que qualquer tentativa de imposição de poder não pode se efetivar sem que a ele sejam oferecidas algumas resistências. Assim, analisaremos algumas passagens das mídias comunitárias em circulação na Cidade de Deus – o jornal acima citado *A notícia por quem vive* e a mídia online *CDD Acontece* – visando demonstrar como elas podem funcionar como importantes meios de resistências à tentativa de enquadrar ou representar os jovens da Cidade de Deus pela via exclusiva da violência. Trata-se, em suma, de analisar uma verdadeira disputa de representações acerca da identidade deste jovem.

A construção da Cidade de Deus

A Cidade de Deus é uma comunidade localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, construída nos anos 1960. Na época, a cidade enfrentava o problema da imigração maciça de famílias que vinham de todo o Brasil em busca de emprego e melhores condições de vida. Como forma de dar conta do crescimento populacional e das ocupações irregulares do solo, o Governo do Estado criou a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB GB) para a construção de núcleos habitacionais de interesse social, visando abrigar famílias de baixa renda e promover as desocupações de outras áreas da cidade. O programa criou núcleos habitacionais na Vila Kennedy, Vila Aliança (Bangu), Vila Esperança (Senador Camará) e Vigário Geral.

Após o primeiro ano do Programa, em 1965, foi dado início às construções das unidades habitacionais na Cidade de Deus. Esse projeto de urbanismo foi financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e destinava-se a pessoas de baixa renda que teriam acesso à casa própria e serviriam de mão-de-obra para o bairro da Barra da Tijuca, que estava em pleno desenvolvimento. Neste prisma, Giuseppe Badolato, arquiteto responsável pela concepção do Projeto de Habitação Popular da Cidade de Deus, em entrevista ao jornal *O Globo* conta que

*os imóveis eram agrupados em unidades-quadra, que tinham no meio duas quadras e ruas de pedestres, que protegiam as crianças. Para mim, o importante era que as famílias tivessem acesso a saneamento básico, vias pavimentadas e luz. O tamanho de cada um, eles poderiam ir aumentando aos poucos. [...] A descrição do projeto caberia perfeitamente num empreendimento imobiliário de classe média dos dias de hoje: eram unidades de um, dois ou três quartos, instaladas em quadras com área de lazer, praças arborizadas, escolas, posto médico, farto comércio e um cinema. No meio de cada quadra-quarteirão, duas praças. Nas esquinas, casas de dois andares permitiam a instalação de pequenos bares e mercados no primeiro pavimento (CANDIDA, S; DE LIMA, L; BOERE, N, 2016, *O Globo*).*

Também em entrevista para o Jornal Comunitário *A Notícia por quem vive*, ele afirma:

*Para corroborar para a perfeita consecução dos objetivos do projeto, foi previsto um sistema viário todo pavimentado e provido dos serviços de infraestrutura urbana de água, esgoto sanitário, pluvial, luz e iluminação pública, bem como centros comunitários contendo equipamentos urbanos como cinema, mercado, creche, jardim de infância, escolas, praças de esportes e de lazer, indispensáveis à integração da comunidade. (BRITO, R, 2011, *A Notícia por quem vive*).*

Porém, como consequência das fortes chuvas que devastaram parte da cidade em janeiro de 1966, houve uma quantidade imensa de desabrigados, o que levou o Governo a tomar a decisão de conceder as casas que estavam em fase final de construção na Cidade de Deus a essas famílias. As obras foram iniciadas em 1965 e tinham previsão de conclusão no segundo semestre de 1966, com a entrega de 1500 casas dessa primeira fase. Em janeiro, 1200 casas já estavam construídas, porém ainda sem obras de infraestrutura.

Em março de 1966, o governo autorizou a transferência das famílias para as casas na Cidade de Deus, algumas ainda inacabadas. Foram então construídos banheiros coletivos e vagas de ocupação transitória – as unidades de triagem – que, de certa maneira, possibilitaram a ocupação das famílias, porém em condições por demais precárias. Somente depois que se deu a transferência destas famílias é que foram feitas as ligações de água e esgoto, bem como todas as obras de infraestrutura.

O enquadramento da Cidade de Deus a partir da produção cinematográfica

A produção cinematográfica *Cidade de Deus* (2002), adaptação roteirizada do livro homônimo (LINS, 1997), foi a primeira superprodução a trazer à tona a realidade das favelas cariocas. Reconhecido nacional e internacionalmente, o filme logo se tornou um dos maiores fenômenos do cinema brasileiro e concorreu ao Oscar com indicações a quatro categorias: melhor diretor, melhor roteiro adaptado, melhor fotografia e melhor edição. Desde então, as memórias e a história da Cidade de Deus tornaram-se intrinsecamente ligadas às histórias narradas por Paulo Lins e Fernando Meirelles, autor do livro e diretor do filme, respectivamente. O romance fez paralelos com diversos dados da realidade que contribuíram para que seu caráter ficcional fosse desconsiderado e a obra vendida como “a real história da Cidade de Deus”. A narrativa do filme – bem como a forma simples como é contado o modo de vida na Cidade de Deus –, em conjunto com a construção de personagens viscerais, também conduziu os espectadores à sensação de estarem vivenciando uma realidade, e não uma ficção. Podemos mesmo dizer que, no filme, o protagonista não é uma pessoa, mas o próprio lugar.

Com uma técnica impecável, o filme explora o tema por um viés que o diferencia da narrativa do livro homônimo. No livro, Lins narra as transformações sociais ocorridas na Cidade de Deus desde a sua criação até a violência que se instala após a política de guerra ao tráfico de drogas nos anos 1990. O autor escreve o romance a partir de pesquisa antropológica realizada de 1986 a 1993 e conta sobre o cotidiano, as histórias e a violência mediante um roteiro em terceira pessoa, dando um caráter de obra literária e documental para o livro. Por vezes, traz a história de personagens reais, apesar de sua linha narrativa se estender, principalmente, pela história da Cidade de Deus.

Já na produção cinematográfica, a Cidade de Deus aparece de forma isolada do resto do Rio de Janeiro, como uma realidade em si mesma, desconectada, com leis e relações de poder próprias. O longa conta a história de Buscapé, jovem que mesmo tendo crescido em um ambiente extremamente violento e próximo a jovens “delinquentes” e “degenerados”, consegue se destacar através de mérito próprio e trabalho “digno”. Traz uma perspectiva individualizante do sobrevivente pelo esforço próprio e reforça o estereótipo de que todos os demais jovens que ali vivem praticam atos ilícitos.

Não podemos, porém, desconsiderar o fato de outras mídias anteriores ao filme – como jornais de grande circulação – já terem contribuído para a construção de uma narrativa que evidencia o jovem morador da comunidade como um jovem perigoso. Há, portanto, um contexto real para além da ficcionalidade no qual a produção

cinematográfica se apoia e com o qual corrobora. Com isto, podemos dizer que já estava instituído um campo de tensões acerca do tema, em que o jovem favelado era representado como jovem perigoso, em uma visão estereotipada; porém, a partir da repercussão da obra, esse cenário se intensificou. De fato, os jovens moradores da comunidade afirmam não se sentirem representados pelo filme, que produziria uma visão estigmatizada sobre eles. Ademais, enfatizam que o filme aborda o cotidiano unicamente pelo viés da violência e do crescimento do crime organizado e não sobre outras tantas belezas presentes do local. Com efeito, a narrativa se desenvolve criando uma estreita relação entre a comunidade e o crescimento do crime organizado, o que conduz a um recorte estigmatizado não só da própria comunidade, mas também das pessoas que ali vivem, em especial os jovens.

Assim, apoiando-nos em Butler (2018), podemos depreender que o filme provavelmente acaba funcionando como um enquadramento dos muitos possíveis da realidade e a partir dele, a história da Cidade de Deus é contada apenas por um único viés. Trata-se, aqui, de uma problematização que a autora coloca em relação aos dispositivos e à própria política de enquadramento. Ou seja, para ela, as molduras através das quais apreendemos ou representamos algo operam no sentido de delimitar ao máximo sua esfera de aparição. No caso do filme, como os jovens são predominantemente enquadrados ou representados como criminosos, isto acaba por favorecer a construção de certo estereótipo. Os jovens deixam de ser encarados a partir de múltiplos outros possíveis aspectos e passam a sê-lo a partir de um único. Todo este processo, é claro, tende à construção de uma identidade cristalizada e estigmatizada a respeito de quem é o jovem morador da Cidade de Deus.

Mesmo essa não sendo a única perspectiva no filme representada, ela muitas vezes se configura como a dominante e, não raro, a narrativa se dá sem que se evidencie a perspectiva política ou a intencionalidade sob a qual esse enquadramento se produz. O que é comunicado – bem como o modo de ser comunicado – tende a criar uma linha interpretativa de pensamento e sentimentos acerca da mensagem transmitida, processo este que está para além do nosso controle e situado a despeito de nossa vontade. Em outros termos, “mesmo a mais transparente das imagens de um documentário está submetida a um enquadramento, e submetida a um enquadramento com um propósito” (BUTLER, 2018: 108). De certa forma, alguns moradores entenderam que o filme colaborou para disseminar o medo e estigmatizar ainda mais as pessoas que ali residem, colocando a favela como a grande responsável pela violência na cidade.

Neste sentido, fica evidente que qualquer operação de enquadramento ou de representação é, em si, uma operação de poder. Deste modo, apoiando-nos em Foucault, entendemos que há uma malha microfísica de poderes na qual se constitui a identidade cristalizada de quem é o jovem morador da Cidade de Deus. No entanto, esta mesma malha microfísica abrange uma série de forças que atuam no sentido de promover certa resistência àquilo que se tenta instituir, enquadrar ou representar. Portanto, se trata de denunciar que o cinema possui o poder de contar a história da Cidade de Deus e dos jovens que ali residem, mas que esses também podem oferecer alguma resistência ao que é narrado. Isto porque o poder “nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 1979: 183). Trata-se, pois, de entender o poder como algo que circula e se exerce em rede, inclusive entre os próprios moradores da Cidade de Deus, e de ver como eles compreendem o filme, como resistem à identidade que se tenta fazer estereotipada e como a narrativa do filme vem a atravessar as próprias relações cotidianas da comunidade.

A base para esta discussão é a própria ideia de que um inimigo pode ser construído, mas que, neste mesmo ato de construção, institui-se uma série de possíveis resistências que devem ser trazidas à tona com o intuito de problematizar qualquer produção discursiva que se pretenda hegemônica.

A disputa de representações

De fato, compreendemos que o filme *Cidade de Deus* não é o único a favorecer a construção da visão estereotipada de que a pobreza está necessariamente associada à violência. Há também uma série de outros dispositivos de comunicação que contribuem para a produção deste estigma, sendo fácil perceber, no Brasil, uma pluralidade de discursos que acabam por difundir uma cultura do medo que, aliada à banalização da violência, criam “um ambiente onde se dá a impressão que ela [a violência] aparece como um fim em si mesmo” (DORNELLES, 2013: 137). Neste contexto, os jornais e os programas de televisão expõem cotidianamente a violência de forma teatral, de modo que ela passa a ser uma linguagem em si e “a realidade passa a ser povoada por imagens de medo da violência e da insegurança” (DORNELLES, 2013: 138).

Quanto a isso, é importante lembrar que Foucault (1979) já nos alertava para o fato de o discurso ser um dos principais instrumentos de produção de verdades e, por este viés, uma dada formação discursiva passa a ser compreendida como investida tanto de

vontade de verdade quanto de desejo. Ou seja, a partir de algumas interdições – quem pode ou não falar –, o discurso revelaria suas estreitas relações com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso visto que o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo. Ademais – e isto a história não cessa de nos ensinar –, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014: 10). Deste modo, a mídia pode ser encarada como um instrumento eficaz de instituição e manutenção do poder, como um dos principais dispositivos de influência que se inscrevem nas práticas sociais.

Trata-se, aqui, de destacar que o poder disciplinar, ao mesmo tempo que produz corpos dóceis e úteis, também produz corpos estranhos, disfuncionais e excluídos. Com efeito, este poder opera em conformidade a um conjunto de sanções normalizadoras encarregadas de produzir indivíduos normais ou desviantes sempre referidos aos padrões da disciplina. Com isto, criam-se e reforçam-se estereótipos sobre o jovem morador de comunidades e favelas, justamente a partir da produção de discursos de verdade e da ênfase nas noções de “bom” e “mau”. Assim, produz-se a negação da alteridade, bem como os processos de estigmatização e de desqualificação do diferente que culminam na entrada em cena de vários tipos de preconceitos.

Ainda neste contexto, reconhecemos que o individualismo, aliado ao neoliberalismo e à economia globalizada, produz uma sociedade fractal: fraturas sociais e culturais que estabelecem divergências de países, nacionalidades, classes sociais ou religiões, de forma que passamos a nos reconhecer mais nas nossas diferenças que em nossas semelhanças. A partir desse contexto, surge “o estranhamento, o ‘outro’, o diferente, o alienígena, aquele que passa a ser objeto de intolerância e do não reconhecimento de sua humanidade” (DORNELLES, 2013: 139).

Com base nestas considerações, evidenciamos que a cultura do medo aliada à banalização da violência reproduzidas pela mídia acabam por se configurar como mecanismos justificadores de políticas autoritárias de controle social contra determinados sujeitos, em geral sujeitos estigmatizados de classes mais pobres. Os sentimentos de amedrontamento, de insegurança e de impotência da população em relação à criminalidade e à violência urbana corroboram para a criação de um outro a ser combatido. Conforme estamos destacando, esse “outro” só é possível de ser construído enquanto tal quando lhe são negadas as suas mais variadas facetas, sendo-lhe atribuída uma identidade única e cristalizada, da qual lhe é difícil escapar.

Nesta medida, Butler reflete sobre a forma através da qual fazemos o reconhecimento ético da alteridade e sobre o porquê de determinadas vidas não serem tidas como dignas de luto. A partir de uma análise ontológica sobre o que permite reconhecer uma vida como vida, a autora nos indica que o que é entendido como vida o é a partir de padrões normativos que a definem como tal: “assim, há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2018: 17).

Esta política de enquadrar a vida e instituir quais delas são passíveis de luto traz efeitos reais na vida de determinados sujeitos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), no Atlas da Violência, mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Mais de 92% dos homicídios acometem a população masculina. 71% das pessoas assassinadas no Brasil são negras. O Atlas 2018 (IPEA & FBSP, 2018) aponta que a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (40,2% contra 16,0%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. Os negros possuem chances 23,1% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial, no Atlas 2017, analisadas por números do SIM na categoria “intervenções legais e operações de guerra” (942) aponta que os estados que mais registraram homicídios desse tipo em 2015 foram Rio de Janeiro (281), São Paulo (277) e Bahia (225).

Nesta perspectiva, Zaccone (2015) faz uma denúncia da forma como os poderes estatal e jurídico legitimam políticas de extermínio aos “inimigos” na cidade do Rio de Janeiro, esses representados por traficantes de drogas, negros e residentes de periferias. Segundo o autor, a escolha feita pelo Estado em relação a um suposto combate ao “crime organizado” nas favelas, na realidade parece se configurar como um combate a determinado público específico. Novamente, é o poder produzindo o perfil de inimigo que se deve combater. A necessidade de proteção do corpo social e de regulação da vida da população – que institui sujeitos “degenerados”, com base não apenas em diferenças raciais, mas também em padrões midiaticamente exigidos, ocasionando fenômenos maciços de exclusão, desigualdades sociais, encarceramento e abandono – podem mesmo evidenciar um racismo de Estado. Na pesquisa de Zaccone, na qual foram analisados 308

autos de resistência arquivados na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2003 e 2009, esse cenário se confirma. Esta análise apontou para o fato de os arquivamentos proferidos pelos promotores de justiça levarem em conta a condição do morto, a localidade onde ocorreu o crime e a apreensão de armas e/ou drogas. O fato de participarem dessa categoria “traficantes de drogas, negros e residentes de favelas” já os restringe de qualquer direito, inclusive o direito à vida. Parecem tratar-se, na linguagem de Butler, de vidas que não são reconhecidas como vidas.

Portanto, esses dados nos levam a questionar em qual medida o padrão identitário favorecido pela produção cinematográfica *Cidade de Deus* – que marcou e ainda marca a vida desses sujeitos – não corrobora também políticas de violência, exclusão e extermínio na Cidade de Deus, sobretudo, uma política de guerra ao tráfico que, como efeito colateral, acaba matando inúmeros negros, pobres e favelados. Não se trata, porém, de encontrar culpados, mas de reconhecer o que se apresenta do campo e que se materializa em práticas reais. Trata-se de analisar discursos que produzem realidades.

Com base nesta discussão, cabe agora questionar: como pensar em dispositivos que possam resistir a essa voz do estereótipo que ecoa uníssona e continua provocando tantas mortes? Seriam essas políticas de morte aos negros evidências do racismo de Estado? Como pensar em estratégias que rompam com tais estereótipos e consigam mostrar outras tantas realidades existentes na Cidade de Deus? Como evidenciar os limites de todo este enquadramento?

Um possível encaminhamento para trabalharmos tais questões encontra-se no próprio pensamento de Butler (2018), para quem o ato de enquadrar, de produzir molduras e de normatizar o que é vida ou não é sempre acompanhado de perto pelo seu próprio fracasso. Em outros termos, a autora afirma que quando uma moldura é criada, necessariamente são deixadas de fora inúmeras figuras vivas que anunciam o próprio fracasso estrutural da política de enquadramento. Com efeito, há sempre algo que escapa, um resto da operação de emoldurar que um quadro sempre deixa para trás.

Ora, as próprias operações normativas não conseguem se dar de modo determinista na medida em que constantemente os dados normativos são interrompidos e substituídos por outros. Trata-se, no enquadramento, de um trabalho que nunca finda, sendo este um limite próprio a toda e qualquer produção normativa. De fato, qualquer tentativa de cristalizar uma determinada representação ou identidade sempre será rompida pelas próprias brechas que elas produzem, sendo este autorrompimento parte necessária da definição de qualquer proposta de representar, enquadrar ou emoldurar algo. Conforme

tais brechas vão necessariamente aparecendo, vão surgindo novas maneiras de enxergar a realidade.

Nesta perspectiva, a comunicação comunitária surge como importante alternativa para promover e ampliar o debate sobre “quem faz a comunicação” e “de que forma os jovens moradores de periferias e favelas são representados nos jornais e no cinema”, uma vez que procura mostrar uma visão diferente das tradicionalmente trabalhadas pelas grandes mídias. Esta se constrói através da participação e do compromisso com a comunidade: busca expor a cultura local, resgatar histórias, tradições, festas e eventos, além de divulgar informes, avisos, campanhas, dentre outros temas voltados diretamente à comunidade. Além de ser uma importante ferramenta de amplificação das vozes dos moradores, de valorização da comunidade, da sua produção artística, de denúncia de violências e descasos, da pobreza e da desigualdade social, também objetiva o acesso a direitos básicos como saúde, educação, saneamento básico, transportes e comunicação.

Neste sentido, é necessário irmos às formas de resistências que os moradores da Cidade de Deus fazem ao discurso que se pretende uníssono e buscar nas mídias comunitárias – o jornal online *CDD Acontece* e o jornal *A Notícia por quem vive – CDD* – as lutas que travam com a proposta de representação hegemônica de seus jovens.

Fundado em 2011, o jornal online *CDD Acontece* nasce com a missão de melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram na Cidade de Deus e transformar a opinião do público em geral sobre a comunidade. A fundadora da mídia, Carla Siccós, em entrevista para o *Globo Comunidade* e em vídeo institucional, afirma que percebeu que havia a necessidade de se ter um canal de comunicação útil dentro da comunidade, uma vez que as notícias ruins – sobre tiroteios, violências e crimes – tomavam uma proporção grande, enquanto as notícias boas – serviços locais, cursos gratuitos, ações sociais e oportunidades de emprego – não tomavam a mesma proporção.

Atualmente, a mídia online possui página nas redes sociais com 118 mil seguidores, grupo em ferramenta de comunicação com lista de transmissão com 6 mil inscritos; portanto, uma referência sobre notícias na Cidade de Deus. O *CDD Acontece* é um canal informativo que abrange um blog, uma página no facebook, no Twitter, Instagram, além de listas de transmissão no Whatsapp. Essa é uma das mídias através das quais os moradores locais e das adjacências se mantêm informados sobre os serviços, cursos, atividades cotidianas e eventos da comunidade. A mídia também faz anúncios de comerciantes locais, divulga temas de interesse público – como a ausência de coleta de

lixo em determinadas regiões, oportunidades de emprego, situações de violação de direitos –, além de promover vídeos informativos com profissionais, como advogados, psicólogos, dentre outros. Atualizado diariamente, trabalha com a veiculação de textos curtos com conteúdos audiovisuais – fotografias e vídeos –, tratando de uma vasta gama de temas.

O jornal *A notícia por quem vive*, por sua vez, nasceu em 2010 a partir do Curso de Comunicação Crítica, extensão oferecida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro na própria comunidade. Os produtores do Jornal – e também moradores da Cidade de Deus – afirmam que se trata de um instrumento de comunicação escrito coletivamente por moradores da própria comunidade que buscam melhorias e condições dignas para si e para os demais. O jornal tem como objetivo principal informar os moradores sobre o que acontece na comunidade a partir de aspectos positivos nos âmbitos cultural, social, educativo, político e econômico, dedicando especial atenção à valorização da cultura local. Abre também o devido espaço para que se crie um olhar crítico sobre a comunidade e o mundo. O jornal funciona de forma colaborativa e as matérias são produzidas tanto pelos organizadores como por outros moradores da comunidade. As primeiras edições do jornal contaram com verba de edital do Ministério da Cultura para microprojetos comunitários e as demais foram feitas com financiamento coletivo.

Os organizadores do Jornal afirmam que as mídias hegemônicas não os representam, pois não contam uma história legítima sobre a Cidade de Deus. Entendem que tais mídias geralmente reproduzem o estereótipo da favela violenta e deixam personagens e histórias importantes da comunidade relegados a segundo plano. O jornal comunitário passa a ser, então, uma ferramenta para que estas histórias sejam recontadas a partir da visão dos moradores sobre si mesmos, como veem e sentem a sua própria comunidade:

Os meios de comunicação (ou mídias) comunitários tem um papel abrangente dentro da comunicação. Não só pelo fato de levarem informações às pessoas sobre a comunidade, mas também por criar uma nova visão e identidade para os que nela moram. [...] Os moradores da periferia sentem-se, por vezes, passivos em relação à informação. Não têm oportunidade de demonstrar um outro lado da verdade que é mascarada pelo jornalismo (BANDEIRA, SOARES, ROCHA, 2010: 6).

Traremos, assim, alguns exemplos de matérias veiculadas por estes meios de comunicação comunitários. Em sua quinta edição, o Jornal *A notícia por quem vive* informa sobre a Jornada de Educação Socioambiental realizada na Maré e na Cidade de Deus em acordo com a Rio +20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável –, evento no qual “foram discutidos os temas: educação, cultura, economia, saúde, sociedade e meio ambiente” (PONCIANO, M. A, 2012). Como podemos perceber, a matéria evidencia o fazer na comunidade para além das violências midiáticas cotidianamente. Mostra também que os eventos comunitários estão em consonância com eventos maiores da cidade – evidenciando que a realidade das comunidades não é uma realidade à parte, tampouco é uma realidade que se precisa combater, mas faz parte da própria dinâmica da cidade.

Já na décima primeira edição (2016), há uma matéria sobre a manifestação realizada pelos moradores na praça Júlio Groten – praça principal da Cidade de Deus – com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para a situação de violência na comunidade. Na véspera da noite de Natal, duas crianças foram vítimas de bala perdida. Argumentam que o descaso das autoridades com a região prejudica o comércio e tira a sensação de tranquilidade dos moradores, já que, por vezes, se escutam vários sons de disparos de origem desconhecida. Com efeito, o jornal declarou estar em aliança com os moradores em um grande pedido de paz para o ano que viria. Na esperança de viver em uma comunidade tranquila, ainda declararam que os únicos sons que desejavam ouvir eram os dos ritmos musicais que embalavam as ruas, travessas e vielas.

O jornal também já realizou publicações evidenciando a cultura e a tradição oral dos Mestres da Cidade de Deus e eventos como a Folia de Reis de 2011, além de, em 2016, contar a história de personagens significativos como Dona Tuca, compositora e artista da comunidade, à época com 84 anos, que manifestava o sonho de gravar suas músicas.

Já a mídia online *CDD Acontece* produz e recebe dos moradores vídeos e fotografias com situações de violações dos direitos humanos – não coleta de lixo, incursões policiais na comunidade, derrubada de casas – e os publica em suas redes, de forma a solicitar explicações do poder público sobre elas: “A princípio, o CDD Acontece tinha a intenção de só suprir os cursos e oportunidades que existiam na comunidade, mas Carla percebeu que muitas pessoas do poder público estavam curtindo a página, por isso passou a ser usada para mostrar os problemas da CDD” (VILELA, Jan 2016: 4).

A mídia online também evidencia artistas e atletas locais em arquivos fotográficos intitulados “Orgulhos da CDD”, onde, acompanhadas de fotografias, são contadas as histórias de sucesso de pessoas comuns – moradores da comunidade que conquistaram

vitórias pelo esporte ou que ascenderam pela arte. Também são divulgadas ações sociais, exposições, atividades gratuitas.

Portanto, depreendemos que a partir de histórias contadas – sejam elas sobre personagens reais da Cidade de Deus ou sobre a própria comunidade –, tanto o *Jornal A Notícia por quem vive* com o *CDD Acontece* trazem à tona um outro olhar sobre aqueles que vivem na comunidade e também sobre a própria comunidade em si. As mídias comunitárias apontam para o fato de existir algo para além da identidade única do “jovem violento” e da Cidade de Deus como nascedouro do tráfico de drogas. Aparecem, então, nessa disputa pelas narrativas, como adversários de peso às forças policiais, políticas, de gestão e, sobretudo, às mídias hegemônicas. Não significa, porém, afirmar que as mídias comunitárias não retratem as violências que ocorrem no local, mas apenas de afirmar que elas também contam histórias geralmente não retratadas em mídias tradicionais e, assim, permitem outras leituras sobre o jovem que ali reside. Um exemplo disso é o vídeo “Sou Bala” compartilhado na página do CDD Acontece – produzido por André Pacheco, com texto de Wagner Ágape e estrelado por Iago Pires, todos três moradores da Cidade de Deus. Este vídeo traz a imagem do jovem como um questionador de sua própria realidade, fazendo uma reflexão crítica sobre a forma como a sociedade enxerga o morador de favela, alertando que as mídias tradicionais não representam as lutas dos moradores, tampouco suas belezas e vitórias: “Favela. Eu sei que dentro não tem sido fácil. Não pelo lugar. Mas por tudo o que os outros julgam sem nada saber das coisas que acontecem aqui dentro. As pessoas que moram aqui dentro. Ser negro, ser pobre e sem informação é o que esperam de nós. A nossa grandeza não falam, a nossa luta não publicam, as nossas vitórias não interessam” (SOU BALA, 2019).

Em outro vídeo são representados os jovens que promovem e contribuem para projetos sociais dentro da comunidade. Neste contexto, Carla Siccós compartilhou a roda de conversa realizada com jovens sobre jornalismo na comunidade na primeira edição do projeto Sagaz Juventude Política. Este é um dos projetos promovidos pela Casa Dona Amélia – instituição criada por jovens para levar o acesso à saúde, educação, lazer, cultura e informação aos moradores da Cidade de Deus – e atende especificamente o público jovem. Inclui ciclo formativo de dez encontros – divididos nos temas: inclusão social, mídia e representatividade, segurança pública e evolução urbana do Rio de Janeiro. A proposta é pensar como essas questões perpassam a realidade da favela e da juventude que ali vive.

No encontro com Carla Siccós sobre mídia e favela, foi conversado como surgiu o *CDD Acontece*, a proposta da mídia online, quais notícias são veiculadas e qual o impacto delas na comunidade. Os jovens também tiveram a oportunidade de expor o que conheciam sobre o *CDD Acontece*, sobre as mídias tradicionais (TV) e simular as notícias que gostariam de ver veiculadas nos jornais.

Depreendemos que, nestes dois exemplos, os jovens estão refletindo e fazendo algo em prol do desenvolvimento de sua comunidade. Não se trata de um jovem apático, tampouco de um jovem “delinquente” ou “degenerado”, mas, sim, de um jovem criativo, questionador, produtor. Portanto, mostra outras tantas e múltiplas facetas sobre a comunidade e os moradores que ali vivem.

Neste ponto, cabe questionar: há mesmo tantas verdades possíveis sobre a Cidade de Deus? À guisa de conclusão, voltando a Foucault, entendemos que o conceito de verdade é da ordem da produção. As verdades são, ao mesmo tempo, produzidas e produtoras de formas específicas de conhecimento, produções de subjetividades, saberes e domínios de objetos. Não haveria, segundo o autor, como conceber um discurso como verdadeiro em si, mas apenas constituído historicamente. Ao trazer a contingência histórica do conceito de verdade, Foucault rompe com a história contínua, linear, teleológica e nos aponta que não existe “a verdade”, mas sim, “verdades” possíveis. Trata-se, em suma, de dizer que a própria verdade tem uma história, ela “não existe fora do poder” (FOUCAULT, 1979: 12) e que as práticas discursivas produzem realidade, disparam efeitos, revelam lutas e processos de dominação.

No caso da Cidade de Deus, vemos os grandes jornais e as mídias hegemônicas como especialistas qualificados para falar sobre a comunidade a partir de um status tal de legitimidade, enquanto outras falas são silenciadas. Profissionais como jornalistas, cientistas sociais e psicólogos são considerados capazes de emitir determinado parecer sobre a realidade social e sobre os sujeitos – mas a que esses saberes servem? Por que as análises desses profissionais são tidas como mais legítimas ou mais verdadeiras que as produzidas por um comunicador popular? Eles estariam retratando uma realidade ou construindo essa mesma realidade?

Fato é que os saberes estão ligados a discursos de verdade e, também, a domínios de poder. A análise do discurso (GILL, 2007) enfatiza que a linguagem não é uma forma neutra de retratar a realidade, mas que ela está marcada de sentidos, de história e de sentimentos não manifestos. Isso significa dizer que o discurso é construído e não ocorre,

portanto, num vácuo social, mas reflete a visão de mundo de seus autores e determinado contexto histórico-social.

Foucault (2014), por sua vez, afirma que o conhecimento é produzido, pontual, parcial, histórico, fruto de relações, discursos e verdades que o legitimam e que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 1979: 12).

Já segundo Orlandi:

É a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras, expressões etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Na formação discursiva é que se constitui o domínio de saber que funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (o que pode e deve ser dito) e, ao mesmo tempo, como princípio de exclusão do não-formulável (ORLANDI, 1988: 108).

Os discursos, portanto, não são neutros, mas imersos em jogos de poder – são controlados, selecionados, organizados e redistribuídos para que sirvam à disciplina – e perpassados também por certa vontade de verdade. Nesta análise proposta pelo artigo, percebemos tanto as mídias hegemônicas como as mídias comunitárias em disputa pela legitimidade de falar sobre a realidade da Cidade de Deus ou mesmo sobre a “verdade” da comunidade e dos que ali residem.

Ainda que as mídias hegemônicas construam, em sua maioria, uma imagem estereotipada sobre as favelas e periferias como espaços de violência e que muitas vezes esse discurso seja compreendido como representativo daquela realidade pelos que não conhecem ou não moram nesses espaços, percebemos que as mídias comunitárias ali se configuram como vozes abafadas, mas potentes. Mídias essas que manifestam o desejo de contar a multiplicidade de histórias presentes na Cidade de Deus, sejam elas de belezas ou de violência – que também faz parte da realidade local –, porém que consideram estas como faces e representações viáveis. Mas ainda assim, entendemos que a disputa de identidades não está necessariamente num fora ou dentro da favela, mas caracteriza-se como uma disputa narrativa em todos os espaços. É isso o que permite que os moradores se sintam representados em algumas publicações e não em outras e que alguns estereótipos fixos e enrijecidos sejam finalmente questionados.

Referências

- BANDEIRA, Dara.; ROCHA, Mônica; SOARES, Landerson. Meios de Comunicação Comunitários fortalecendo a voz da comunidade. *A Notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, out 2010, p. 6-8.
- BARBOSA, Valéria. Cultura, tradição oral, Mestres e um breve histórico da Cidade de Deus. *A Notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, out. 2011, p. 9-10.
- BRITO, Rosalina. A verdadeira história e como surgiu a Cidade de Deus. *A Notícia por quem vive*. Publicado em 26 mai. 2011. Disponível em: <https://cddvivejornal.blogspot.com/2018/06/em-construcao-5-nosso-povo-linda-gente.html>. Disponível em: <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com/2011/05/verdadeira-historia-da-cidade-de-deus.html>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CANDIDA, Simone.; DE LIMA, Ludmilla; BOERE, Natália. A Cidade de Deus pelos olhos de Giuseppe Badolato. *O Globo*. Publicado em 04 nov. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/a-cidade-de-deus-pelos-olhos-de-giuseppe-badolato-20586716>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- CIDADE de Deus. Direção de Fernando Meirelles. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2002. 1 DVD (130 min).
- DORNELLES, João Ricardo. Globalização.neoliberal, direitos humanos e a violência na realidade contemporânea. Em: FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda. (orgs.) *Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GILL, Rosalind. Análise de discurso. Em: BAUER, Martin. e GASKELL, G. (orgs) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2017*. São Paulo: IPEA & FBSP, 2017.
- _____. *Atlas da violência 2018*. São Paulo: IPEA & FBSP, 2017.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1997.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.
- PONCIANO, Maria Angélica. Cidade de Deus e Maré na Rio +20. *A Notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, nov-dez 2012, p. 6-7.
- SOU BALÁ. Texto: Wagner Ágape. Intérprete: Iago Pires. Imagens: André Pacheco e Wagner Ágape. Edição: André Pacheco. *SobreCena Filmes*; 4:06; 2019.
- VILELA, Julcinara. Fazendo acontecer na Cidade de Deus. *A Notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, jan. 2016, p.4.

ZACCONE, Orlando. *Indignos de vida: a forma jurídica de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Marcelle Raja Gebara
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO.
E-mail: marcellegebara@gmail.com

Ricardo Salztrager
Professor Associado ao Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO.
Mestre e Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ.
E-mail: ricosalz@gmail.com